

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 288 p.

Luiz Henrique Mateus Lima¹

Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana foi um livro publicado no ano de 2008, em que o autor Marcelo Lopes de Souza procura mostrar que o medo e a sensação de risco em relação à segurança pública estão cada vez mais frequentes nas cidades. Essa sensação de insegurança faz com que sejam tomadas medidas defensivas e repressivas, buscando uma mudança nesse processo. O termo “Fobópole” resulta da combinação das palavras gregas *phóbos* (medo) e *pólis* (cidade).

O autor é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), além de ser também professor visitante em universidades da Alemanha e Inglaterra.

O livro é dividido em sete partes: 1. “Cidades fragmentadas, medo generalizado: das áreas de risco à ubiquidade do risco”; 2. “O planejamento urbano estadocêntrico e os fenômenos de degeneração do Estado”; 3. “O que podem (e o que fazem) os movimentos sociais em uma era de medo?”; 4. “A militarização da questão urbana e a segurança pública tornada paradigma de governo”; 5. “Um difícil (mas imprescindível) diálogo: política de desenvolvimento urbano e política de segurança pública”; 6. “Os novos desafios para a democratização da cidade e as lacunas no discurso e na agenda da reforma urbana”; 7. “As múltiplas escalas do problema (e da solução)”.

¹ Mestrando do programa de pós-graduação em Geografia pela FCT UNESP – Campus de Presidente Prudente / E-mail: lugano_lima@yahoo.com.br

Na primeira parte, “Cidades fragmentadas, medo generalizado: das áreas de risco à ubiquidade do risco”, são discutidos temas referentes à formação de enclaves territoriais ilegais, a auto-segregação das elites e as cidades vigiadas.

Nesse primeiro capítulo, o autor fala sobre as “áreas de risco”, termo frequentemente usado no Brasil para tratar de locais vistos como violentos nas cidades brasileiras. Para o autor, acontece uma generalização na hora de usar este termo, principalmente pelos jornais sensacionalistas que exageram ao tentar mostrar que em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, essas áreas de risco limitam-se a bairros habitados por moradores mais pobres. Isso, para ele, seria uma demonstração de preconceito, uma vez que hoje em dia são poucos os locais onde o carioca ou o paulistano se sentem seguros.

O autor salienta que atualmente qualquer pessoa pode ser atingida por uma bala de fuzil – seja no beco de uma favela ou dentro de um apartamento de classe média; os *shopping centers* já não conseguem ser completamente seguros (assim como os condomínios exclusivos) mesmo com os seus aparatos de segurança (câmeras de vídeo e vigias); e até mesmo os apartamentos da classe média passam a ser invadidos com frequência. É nas cidades sociopolítico-espacialmente fragmentadas que o medo generalizado passa a prosperar e se “sentir em casa”.

Em seguida, o autor discorre sobre o uso do termo “fragmentado”, salientando que ele já é usado para se referir ao espaço urbano há muitos anos. É citado também um caso frequente que ocorre em alguns trabalhos, em que o termo “fragmentação” é associado ao termo “segregação”, sendo também associado à “divisão espacial do trabalho” e “diversificação cultural”. Para o autor, fragmentação tem a ver com fragmentos, frações de um todo que não se conectam mais. Está

mais relacionado ao processo de “diferenciação” do que ao de “segregação”. Para o processo de segregação, pode-se relacionar, por exemplo, quando certo grupo social é induzido a viver em um local que ele não escolheu viver, sendo forçado a se deslocar para lá contra a sua vontade. Os guetos de judeus, por exemplo, são grupos de pessoas que foram forçadas a viver distante dos outros habitantes.

Em relação à auto-segregação das elites, o autor salienta que um componente da fragmentação é a auto-segregação das classes que dispõem de um poder aquisitivo maior, indo viver nos “condomínios exclusivos”. Esses novos *habitats* surgiram na década de 1970 no Brasil, iniciados nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O termo *gated community* é usado para descrever esses empreendimentos cercados, por razão de segurança, e frequentemente vigiados por seguranças treinados. Para o autor, a auto-segregação é uma solução escapista. Ela representa uma fuga dos problemas, e não um enfrentamento dos mesmos, representando somente uma pseudo-solução. Os “condomínios exclusivos” já são vistos em várias cidades, inclusive de médio porte.

Em relação às cidades vigiadas e os espaços públicos anêmicos, o autor questiona o que são, na realidade, os espaços públicos? Sugerindo usar a palavra “anemia”, ou seja, esses espaços públicos vão sendo enfraquecidos graças à proliferação dos “condomínios exclusivos”, são abandonados graças ao medo dos moradores, ou então são “cercados”, prejudicando a vida pública.

Na segunda parte, “O planejamento urbano estadocêntrico e os fenômenos da degeneração do Estado”, o autor salienta que o planejamento urbano quase sempre foi negligenciado no Brasil. Em grande parte das vezes ele foi malfeito, ou

então foi realizado sempre com segundas intenções (seja por propósitos segregacionistas ou especulativos).

Essa negligência na hora de realizar o planejamento urbano é pelo fato de que os gastos na hora de realiza-lo são vistos mais como um custo extra, e não como um investimento. Outro exemplo citado pelo autor é o de que essa negligência pode vir através de interesses de políticos na hora de administrar uma cidade, tornando mais fácil a realização de certas manobras.

Na terceira parte, intitulada “O que podem (e o que fazem) os movimentos sociais em uma era do medo?”, o autor comenta sobre as situações que os movimentos sociais (por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST) já passaram na mão daqueles (traficantes) que causam a insegurança e o medo nos habitantes das cidades. No caso do MTST, eles foram expulsos pelos traficantes de um assentamento na cidade de São Paulo em 2004. Como o autor descreve, os traficantes não chegaram expulsando os integrantes do movimento social, mas foram se misturando com os moradores do assentamento, utilizando estratégias para ocupar o local até que em 2004 finalmente conseguiram expulsar os militantes do movimento.

Em outro exemplo, o autor cita a ocupação “Chiquinha Gonzaga”, que ocorreu quando membros da Frente de Luta Popular (FLP) ocuparam um prédio federal no centro do Rio de Janeiro, causando a ação de traficantes do Morro da Providência que queriam invadir e expulsar os militantes. No entanto, diferentemente do primeiro caso, dessa vez os membros da FLP conseguiram convencer os traficantes de que não seria inteligente para eles invadir um prédio federal. Após isso, os traficantes desistiram de tentar essa invasão.

Outro problema ficou por conta das milícias que tentam intimidar as associações de moradores nas favelas do Rio de Janeiro. Uma das ações delas foi a de criar chapas únicas nas eleições para as diretorias das associações.

Na quarta parte, intitulada “A militarização da questão urbana e a segurança pública tornada paradigma de governo”, o autor cita um caso de roubo de armas que ocorreu em um quartel do Exército no Rio de Janeiro, resultando nas mortes de um soldado e de um sargento, além de um major que morreu horas depois no hospital. Segundo o autor, com a intenção de realizar uma ação para tentar recuperar as armas, um coronel tomou a decisão de reunir um grupo de 40 subordinados e invadir a favela em busca dos traficantes e das armas. Os soldados foram recebidos a tiros pelos traficantes, resultando em vários soldados feridos além de três moradores da favela, sendo que dois deles eram crianças (é importante salientar que esse caso foi esclarecido pelo autor como sendo fictício, foi uma história criada pelo mesmo para ilustrar um caso ainda hipotético).

Em relação à questão da “segurança pública”, o autor a descreve como sendo dividida pela polícia, pelos traficantes armados, pelos grupos de extermínio e por vigilantes privados. Esses agentes operam tanto de forma legal como de forma ilegal, formando seus exércitos para comandar grupos de pessoas seja pela força bruta, seja pelo seu consentimento. Outras funções desempenhadas por esses agentes podem ser a de arrecadação de tributos, pagamento de pedágios, taxas de proteção etc.

Na quinta parte, intitulada “Um difícil (mas imprescindível) diálogo: política de desenvolvimento urbano e política de segurança pública”, o autor discorre sobre os estudiosos da área do planejamento, que evitam interagir uns com os outros em

relação ao tema da violência urbana e da segurança pública. Os planejadores urbanos relegaram o assunto “segurança pública” para um plano secundário.

O autor cita um estudo feito pelo Ministério da Saúde que apresenta resultados que mostram que, após o projeto de desarmamento e recolhimento das armas de fogo, ocorreram várias diminuições nos índices de assassinatos por armas dessa categoria. Por outro lado, onde os índices de recolhimentos foram menores, o número de crimes relacionados a armas de fogo apresentaram um aumento nos índices de assassinatos.

Para o autor, outra maneira de tentar diminuir a criminalidade seria que a classe média buscasse investir nos laços de solidariedade com os mais pobres. Com isso seria possível, no mínimo, evitar uma deterioração maior nas relações entre classes, além de evitar também uma deterioração no “clima social” entre ambas.

Na sexta parte, intitulada “Os novos desafios para a democratização da cidade e as lacunas no discurso e na agenda da reforma urbana”, o autor trata da ideia de uma reforma urbana que seria adequada para o Brasil. Para o autor, a partir dos problemas com os conflitos urbanos, a referida reforma urbana “vem sendo ameaçada de morte sem nunca ter vivido”. Para que isso não aconteça, faz-se necessário que o país se urbanize, caso contrário a reforma permanecerá desconhecida.

Fatores como o desafio de enfrentar os traficantes de drogas, a violência e a criminalidade urbana torna mais difícil a realização de uma reforma urbana, fazendo com que a “agenda” da reforma seja deixada de lado. Para o autor, a fragmentação do tecido sociopolítico-estadual (no caso, carioca) é um fator importante para o

esquecimento dessa “agenda” da reforma urbana. Por outro lado, empresários do ramo imobiliário argumentam que, a menos que o problema da falta de segurança seja resolvido, fica cada vez mais difícil impedir que a classe média busque segurança da maneira que ela puder.

Na última parte, intitulada “As múltiplas escalas do problema (e da solução)”, o autor inicia questionando qual é exatamente o problema para o qual se busca uma solução para o problema da violência. Uma das coisas que se deve pensar é que para combater a violência urbana, primeiro deve-se saber qual o grau de ambição e da escala de mudança que se tem em mente.

Para o autor, uma possibilidade seria a de que a criminalidade violenta acabará de uma vez por todas. O próprio autor diz que isso é algo irreal e ingênuo, ou seja, eliminar a criminalidade é algo improvável. Mas caso fosse possível, isso só aconteceria através de uma “domesticação” das personalidades e das vontades.

Outras formas para essa redução seriam a de enfraquecer e reduzir a fragmentação, buscando desestimular a auto-segregação e estimulando a manutenção dos espaços públicos de encontro como as praças e centros históricos, por exemplo. Faz-se necessário lutar contra o “abandono” desses espaços públicos, motivado pela insegurança até então sentida nas cidades.

CONCLUSÃO

O tema abordado no livro evidencia que ocorre nas cidades um sentimento de insegurança, que faz com que sejam tomadas medidas defensivas e repressivas buscando uma mudança nesse processo. Os capítulos que compõem o livro

mostram a realidade brasileira das cidades que são tomadas pelo medo, algumas mais do que outras, mas fazendo com que várias cidades assumam essa característica.

O livro também é importante para o entendimento dos processos de fragmentação e auto-segregação nas cidades, principalmente quando a opção das elites acaba sendo a de se isolar nos “condomínios exclusivos” mantendo distância dos indesejados, da “classe perigosa” que vive do lado de fora dos muros altos e do ambiente protegido.

É importante salientar que, mesmo sendo um livro que trata de uma temática metropolitana (o autor utiliza exemplos específicos de São Paulo e Rio de Janeiro), os assuntos tratados nessa obra servem para cidades de outros portes, seja ela uma metrópole, uma cidade média ou até mesmo uma cidade pequena. A violência urbana e a insegurança estão presentes nas cidades contemporâneas, não fazendo restrições quanto ao seu porte. Um exemplo disso é o fato de que existem condomínios fechados (seja de alto padrão ou destinado a classes mais populares) em inúmeras cidades brasileiras.

Dessa maneira, o livro aqui apresentado cumpre o seu objetivo de evidenciar que a sensação de insegurança e medo está presente nas cidades e que os moradores buscam se proteger da maneira que as condições permitem, e que as soluções para esses problemas continuam cada vez mais longe de se tornarem realidade. O livro, nesse sentido, é uma boa contribuição para o debate e a construções de possibilidades de uso e direito efetivos da cidade.